

JL / educação

Nº 1335 • Ano XXI • 1 a 14 de dezembro de 2021 • Diretor José Carlos de Vasconcelos

Um novo contrato social da educação Repensar juntos os nossos futuros

O Relatório da Comissão Internacional da UNESCO, um documento da maior relevância para o(s) futuro(s) da educação, aqui apresentado e comentado pelo (agora cessante) embaixador de Portugal na organização – que teve nele papel determinante, por ter sido, além de dinamizador, responsável pelo comité de investigação-redação. Reitor da Universidade de Lisboa entre 2006 e 2013, e agora seu reitor honorário, com um largo percurso, em Portugal e no estrangeiro, e uma vasta obra na área da educação, o autor é um especialista de prestígio internacional, e ainda recentemente foi distinguido com mais um doutoramento *honoris causa*, no caso pela mais importante universidade do Brasil, a USP, de S. Paulo

ANTÓNIO NÓVOA

A

Acaba de ser lançado, na Conferência Geral da UNESCO, um novo relatório, desta vez sobre os futuros da educação, no plural. O documento vem na linha dos relatórios Edgar Faure (*Aprender a ser*, 1972) e Jacques Delors (*Educação: um tesouro a descobrir*, 1996). A Comissão Internacional foi presidida por Sahle-Work Zewde, Presidente da República Federal Democrática da Etiópia, tendo ficado sob minha responsabilidade o comité de investigação-redação.

No início, em abril de 2018, muita gente se interrogou sobre a pertinência de um novo exercício prospetivo. Não seria mais importante concentrar esforços na concretização da Agenda 2030, nomeadamente no ODS4, em vez de perder tempo com exercícios “fúteis” de imaginação do futuro?

As dúvidas foram brutalmente desfeitas pela irrupção da Covid-19. Em poucos meses, assistimos à maior “experimentação”, caótica, confusa, desorganizada, na história da educação. Podemos mesmo dizer que a pandemia encerrou o longo “século escolar”, iniciado na segunda metade do século XIX.



António Nóvoa numa escola “Construir uma conversa pública com educadores de todo o mundo”

No Relatório Faure, de 1972, já se afirmava que a educação estava num impasse e que não bastavam as “fórmulas tradicionais”, exigindo-se uma “transformação qualitativa” da educação. Cinquenta anos depois foi com esta ambição que a Comissão Internacional sobre Os futuros da educação realizou os seus trabalhos.

“ISTO NÃO É UM RELATÓRIO”
À maneira de Magritte, no seu quadro “Ceci n’est pas une pipe”, também poderíamos dizer: “Isto não é um relatório”. Não quisemos fechar-nos dentro de uma sala, entre especialistas, a redigir um texto técnico com recomendações ou

Assistimos à maior ‘experimentação’, caótica, confusa, desorganizada, na história da educação. Podemos mesmo dizer que a pandemia encerrou o longo ‘século escolar’, iniciado na segunda metade do século XIX

orientações para os governos.

Foi outra a nossa intenção: construir uma conversa pública com educadores de todo o mundo, tentando perceber as grandes questões que atravessam a educação e identificar experiências e iniciativas com futuro.

Os nossos esforços dirigiram-se à valorização de um debate público, global, sobre educação, procurando envolver, sobretudo, as gerações mais jovens. Ao longo de dois anos (2019-2021), cerca de um milhão de pessoas participaram nesta conversa. O texto final procura fazer uma síntese destas contribuições e abrir novas possibilidades.

Em educação nunca há novidades. Tudo já foi dito ou inventado. Mas há mudanças importantes, dinâmicas de transformação. É preciso repensar o que já se sabe e o que já se faz evitando cair na ilusão de uma “novidade” sem raízes e sem história.

Como disse Arjun Appadurai, um dos membros da Comissão Internacional, “isto” é sobretudo *food for thought* (alimento para o pensamento), “isto” é sobretudo um convite para o diálogo e a ação, não tanto um relatório no sentido habitual do termo.

Quando o tempo parece esgotar-se num interminável presente, é preciso recordar que só os seres humanos têm consciência do futuro. A Comissão afastou-se de “visões futuristas”, muito em voga, que anunciam a morte da escola e o retraimento da educação em espaços domésticos ou familiares, imaginando que a inteligência artificial vai entrar no cérebro de cada criança e fornecer-lhe “pílulas personalizadas de aprendizagem”.

Adotámos uma perspectiva utópica, pois não quisemos acrescentar crise à crise, e tudo verter num discurso catastrofista. Trabalhar para um futuro comum foi, sempre, a nossa preocupação primeira. As ideias propostas vêm de muitos lugares do mundo. Tudo o que pretendemos é repensar, juntos, os futuros da educação.

JUNTOS: O TEMA CENTRAL DO RELATÓRIO

O título provisório do Relatório foi, quase até ao fim, *Learning to become* (a tradução para português é difícil,

LUISBARRA

talvez *Aprender a tornar-se*, o que soa estranho). Ao longo dos debates, apercebemos-nos de que este título acentuava as dimensões individuais e diminuía as referências à educação como projeto coletivo.

Então, acrescentámos a palavra “juntos” (*Learning to become together*), para bem marcar a importância das interdependências e da educação como um bem comum.

O título final, escolhido apenas na última reunião, ficou mais composto: *Repensar juntos os nossos futuros: Um novo contrato social da educação*. O Relatório foi tecido em torno do conceito de “juntos”, enunciado sistematicamente no decurso do texto para sublinhar três ideias:

primeira, a educação é um percurso individual que se faz no encontro com os outros, sobretudo com os outros que são diferentes de nós;

segunda, o que sabemos depende do que os outros sabem e da partilha de conhecimento;

terceira, nada substitui as dinâmicas de cooperação e de colaboração, na pedagogia, na escola e na sociedade.

Estas ideias, ou estas ideias, não são de agora, fazem parte das melhores tradições pedagógicas. Trata-se de valorizar “os laços que libertam” para recorrer à conhecida expressão de Bruno Latour. E para isso é preciso reformar a educação como domínio público e como bem comum mundial.

UM NOVO CONTRATO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

No decurso dos trabalhos, e das conversas pelo mundo, a Comissão tomou consciência da necessidade de um novo contrato social da educação. Nos últimos 150 anos, a escola consolidou-se com uma estrutura e configurações que são conhecidas de todos. Dois aspetos prevaleceram, com pequenas diferenças entre países e culturas: o modo como a escolaridade obrigatória se impôs, no início a partir dos 6 anos de idade, em relação com a afirmação das cidadanias nacionais; e a forma como se consolidou um modelo escolar, que tem como elementos centrais o espaço da “sala de aula” e o tempo da “lição” do professor.

Em torno destes elementos definiu-se um contrato social da educação que David Tyack definiu com uma expressão feliz: *The one best system* (O único melhor sistema, em tradução literal).

O novo contrato social traz três aberturas: 1) pensar a educação como um direito humano ao longo de toda a vida, desde o nascimento até às idades mais avançadas; 2) definir a educação como um projeto público e um bem comum, reforçando a participação e a capacidade de decisão dos cidadãos; 3) afirmar a educação como uma responsabilidade mundial, e não apenas nacional.

Mas um novo contrato social implica, também, uma metamorfose da escola, uma mudança da sua forma, isto é, dos seus modos de organização, da relação com o conheci-

mento e do papel dos professores, bem como uma abertura a todos os espaços, tempos e possibilidades de aprendizagem.

PARTE I – ENTRE PROMESSAS PASSADAS E FUTUROS INCERTOS

A 1ª parte do Relatório faz um diagnóstico da educação no mundo, reconhecendo os progressos feitos nas últimas décadas, mas também a persistência de exclusões e de desigualdades. Os números são conhecidos: 250 milhões de crianças não vão à escola; mais de metade dos alunos escolarizados não atingem níveis mínimos de aprendizagem; 750 milhões de adultos não são alfabetizados; etc. E todos estes números se agravaram, brutalmente, durante a pandemia.

As promessas incumpridas do contrato social da educação explicam-se por falta de compromisso e de investimento no plano nacional e internacional. Mas devem-se também a um modelo escolar que parece ter atingido o limite das suas possibilidades e precisa urgentemente de ser renovado. Devemos continuar a fazer “mais”, certamente, mas devemos também fazer “diferente”.

São quatro as disrupções ou transformações em curso que a Comissão considera particularmente importantes para repensar a educação:

- um planeta em perigo e a necessidade de um novo humanismo, mais-do-que-humano, com parti-

Trabalhar para um futuro comum foi, sempre, a nossa preocupação primeira. As ideias propostas vêm de muitos lugares do mundo. Tudo o que pretendemos é repensar, juntos, os futuros da educação

Um novo contrato social implica uma metamorfose da escola, uma mudança dos seus modos de organização, da relação com o conhecimento e do papel dos professores, bem como uma abertura a todos os espaços, tempos e possibilidades de aprendizagem



JOSÉ CARLOS CARVALHO

“No decurso da consulta mundial, constatamos que há experiências e inovações extraordinárias, mas falta ainda um processo consistente de mudança”

cular atenção às alterações climáticas e à proteção da biodiversidade;

- as questões digitais, enquanto fatores de ligação, mas também de divisão, com avisos sobre as ilusões de um “solucionismo tecnológico” e os perigos de uma inteligência artificial sem limites;

- os recuos democráticos e uma polarização crescente no mundo, obrigando a pensar a educação no quadro de uma cidadania global e de uma luta contra as desigualdades e todas as formas de discriminação;

- as incertezas no domínio do trabalho, com os avanços da automatização e a necessidade de pensar a relação entre a escola e o trabalho em moldes totalmente diferentes.

Uma quinta transformação, particularmente importante, acabou por não ter o destaque que, na minha opinião, merecia: a demografia, com todas as consequências na vida social, na relação entre gerações e no tempo disponível para a educação nas idades mais avançadas, quando se prevê para breve uma esperança média de vida de 100 anos.

PARTE II – RENOVAR A EDUCAÇÃO

As propostas mais importantes, resultado de muitos diálogos e conversas com educadores de todo o mundo, são apresentadas na segunda parte do Relatório. A Comissão não buscou a “novidade inédita”, mas antes as práticas e realidades concretas que, em muitos lugares, têm vindo a transformar a educação. “Juntos” é a palavra que serve de denominador comum aos cinco pontos analisados: pedagogia, currículo, professores, escola e sociedade.

PRIMEIRO – PEDAGOGIAS COOPERATIVAS E SOLIDÁRIAS. A Comissão faz um apelo ao desenvolvimento de pedagogias baseadas na cooperação, no sentido de um reforço das capacidades de alunos e professores para trabalharem em conjunto. Sem recusar a importância da “lição”, propõe-se ir além deste modelo no sentido de uma aprendizagem colaborativa, por temas e problemas. Aprender “juntos”

implica ligar o conhecimento à solidariedade, à ética e à empatia.

SEGUNDO – OS CURRÍCULOS E A EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO DOS “CONHECIMENTOS COMUNS”. A Comissão deu particular atenção ao debate sobre o *knowledge commons*, conceito de difícil tradução, que procura valorizar o património dos “conhecimentos comuns”. A ligação entre o sentir e o saber (ver António Damásio) ou entre o pensar (conhecer) e o pensar (cuidar) (na linha de Bernard Stiegler) esteve sempre muito presente. Partindo do triângulo pedagógico – alunos, professores e conhecimento – a

Comissão chama a atenção para a necessidade de pensar a educação numa nova relação com o mundo e a Terra. Defende, por isso, a importância da literacia científica e de um ensino que ajude a compreender, o que implica integrar no ensino das disciplinas a forma como os conhecimentos se constituíram.

TERCEIRO – O TRABALHO TRANSFORMADOR DOS PROFESSORES. Uma das posições mais fortes da Comissão prende-se com a recusa de “visões futuristas” que apontam para o desaparecimento dos professores, substituídos por dispositivos tecnológicos, ou para a diluição da sua profissionalidade, transformando-os em “tutores” ou “facilitadores” ou outras figuras. O reforço das dimensões colaborativas da profissão e de novos espaços de formação juntando universidades e escolas básicas, com o reforço da presença dos professores mais experientes na formação das novas gerações de professores, é uma das linhas orientadoras deste ponto do Relatório.

QUARTO – PROTEGER E TRANSFORMAR A ESCOLA. A Comissão deixa um aviso sério contras as tendências, muito populares, que anunciam uma “educação ubíqua”, desvalorizando o espaço da escola. O Relatório afirma mesmo que, se a escola não existisse, seria necessário inventá-la como lugar de encon-

tro, de trabalho, de convivialidade, como lugar onde as crianças podem encontrar o mundo e encontrar-se com ele. Mas a Comissão considera que esta escola tem de se reinventar, renovando um “modelo escolar” obsoleto.

QUINTO – OS DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO. O último ponto é dedicado a pensar uma educação que vai muito para além da realidade escolar. A Comissão retoma perspetivas da educação ao longo (tempos) e ao largo (espaços) da vida, dedicando particular atenção à educação de adultos, que deve ser repensada à luz das novas dinâmicas de participação social e de cidadania e das mudanças demográficas. Propõe-se um novo olhar sobre o conceito de formação, menos marcado, sobretudo nas idades mais avançadas, pelo princípio de “preparar para alguma coisa futura”, e mais centrado no “viver bem a coisa presente”.

A análise de cada um destes cinco pontos termina com uma referência ao ensino superior, pois a Comissão considera que universidades e escolas básicas não podem estar de costas voltadas e que é preciso inventar novas formas de partilha e de entendimento, nomeadamente na produção de conhecimento, na pedagogia e na formação de professores.

PARTE III – PARA UM NOVO CONTRATO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

A última parte do Relatório, mais breve, chama a atenção para a necessidade de uma nova agenda de investigação em educação, pois, sem conhecimento seguro, fiável e consistente, não será possível construir novos caminhos. A Comissão deixa também um apelo à solidariedade mundial e à cooperação internacional, chamando a uma mobilização mundial de financiamentos e de vontades para que sejam mesmo cumpridas as promessas da Agenda 2030.

O Relatório termina com um convite ao diálogo e à ação. A Comissão gostaria que este texto fosse apenas o início de um processo de partilha de experiências, de troca de ideias e de práticas, entre educadores. É urgente refletir sobre o que já sabemos, e há um património extraordinário de conhecimentos comuns sobre educação. No decurso da consulta mundial, constatamos que há experiências e inovações extraordinárias, mas falta ainda um processo consistente de mudança. Seremos capazes de Repensar juntos os nossos futuros e de construir *Um novo contrato social da educação*?

Espero ter despertado a curiosidade da leitura e talvez juntos possamos continuar a conversa iniciada com este Relatório – que pode ser consultado na página oficial da UNESCO (<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>). ■■